

UM PASSO À FRENTE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: COMPREENDER QUE A CHAVE DO COFRE DO ORÇAMENTO ESTÁ NAS MÃOS DO BANCO CENTRAL ASSIM COMO A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Marcelo Gonçalves Marcelino¹
João Batista da Silva Nascimento²

Resumo: O presente artigo pretende discutir de que maneira a mais importante instituição econômica brasileira da atualidade tornou-se ao longo da sua trajetória a chave do cofre do orçamento das políticas públicas brasileiras. O Tesouro Nacional guarda o orçamento estatal, mas com o poder crescente do Banco Central do Brasil em termos de formulação da política econômica a política monetária austera em benefício dos rentistas e banqueiros passou a transferir cada vez mais os recursos orçamentário via remuneração dos títulos públicos federais. O Plano Real que começa a vigorar em meados de 1994 desde sempre teve o objetivo de assegurar o fluxo do denominado processo de financeirização da economia, que combina a gradativa redução da produção de bens e serviços e das políticas públicas sociais e de infraestrutura concomitantemente ao aumento da dívida pública pelo excesso da remuneração dos títulos públicos federais com juros abusivos, decididos pelo Comitê de Política Econômica (COPOM) do Banco Central do Brasil. Esse artigo destaca a necessidade das ciências sociais de buscar a compreensão dos mecanismos econômicos que produzem políticas macroeconômicas estruturantes das políticas públicas no Brasil e que contribuem para as mais diversas formas de desigualdade social. Partimos da abordagem crítica de que as políticas econômicas administradas pelo Banco Central, produzem enormes desigualdades econômicas e sociais pela via da administração política em sempre os ganhos do grande capital através da remuneração dos títulos públicos.

Palavras chave: Desigualdade social, Banco Central, Dívida Pública, Financeirização e Classe dominante.

ONE STEP FORWARD IN SOCIAL SCIENCES: UNDERSTANDING THAT THE KEY TO THE SAFE OF THE BUDGET IS IN THE HANDS OF THE CENTRAL BANK AS WELL AS THE REPRODUCTION OF SOCIAL INEQUALITIES IN BRAZIL

¹ Bacharel em Ciências Econômicas, bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFPR, licenciado em Matemática pela UTFPR, especialista em Sociologia Política, mestre em Sociologia e doutorando também em Sociologia pela UFPR. mgmarcelino10@yahoo.com.br

² Bacharel em Secretariado executivo trilingue pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – PE; licenciado em Letras Português / Espanhol pela UNICEB COC – Ribeirão Preto – Polo Curitiba; licenciado em Letras Inglês pelo Centro Universitário Estácio – Polo Curitiba; especialista em Coordenação Pedagógica pelo setor de Educação da UFPR. joabatistarfb@gmail.com

Abstract: This article intends to discuss how the most important Brazilian economic institution has become, throughout its history, the key to the safe of the budget of Brazilian public policies. The National Treasury keeps the state budget, but with the growing power of the Central Bank of Brazil in terms of formulating economic policy, austere monetary policy for the benefit of rentiers and bankers began to transfer budget resources more and more through the remuneration of federal public securities. The Real Plan, which began to be in force in mid-1994, has always had the objective of ensuring the flow of the financialization process of the economy, which combines the gradual reduction in the production of goods and services and the social and infrastructure public policies concomitantly with the increase of the public debt due to the excess of remuneration of federal public bonds with abusive interest, decided by the Economic Policy Committee (COPOM) of the Central Bank of Brazil. This article emphasizes the need for social sciences to seek an understanding of the economic mechanisms that produce macroeconomic policies that structure public policies in Brazil and that contribute to the most diverse forms of social inequality. We started from the critical approach that the economic policies administered by the Central Bank, produces enormous economic and social inequalities through the political administration in always the gains of the big capital through the remuneration of the public bonds.

Keywords: Social inequality, Central Bank, Public Debt, Financialization and Ruling class.

Introdução

A ciência política brasileira há muito perde terreno em termos de abordagem com profundidade sociológica a despeito dos interesses de uma pretensa autonomização de campo de pesquisa e influência retórica e política onde permeiam interesses inclusive dos escritórios dos “lobbys” de gabinetes parlamentares de Brasília. A sociologia como “esporte de combate” de acordo com Bourdieu desapareceu quase completamente dos arcabouços de pesquisa da ciência política, em particular nos últimos dez anos por algumas razões, no âmbito da relativa autonomização *strictu sensu* e fora desse que citei no preâmbulo dessa discussão. Em contrapartida a sociologia política ainda resiste como forma de compreensão das interações sociais que contribuem para explicar os meandros do poder político institucional, dos atores envolvidos e da classe dominante em termos sócio-históricos.

Os estudos sobre trajetórias, biografias e genealogias são permeados dessa discussão mais sociológica de fundo desde os clássicos da sociologia ocidental como dos nossos autores da periferia brasileira que produzem uma sociologia de primeira grandeza. A nossa proposta para esse artigo procura instigar os leitores e chamar a atenção dos cientistas sociais para a necessidade dos estudos da economia política em parceria com a sociologia histórica e política serem ainda mais permanentes nas pesquisas das ciências sociais.

Nesse caso específico procuramos estabelecer conexões entre as decisões do Banco Central do Brasil e a desigualdade social que com a pandemia tornou-se ainda mais evidente devido ao aumento da pobreza e da miséria em tempos de golpe de Estado conjugado. De que maneira agem as políticas econômicas administradas pelo Banco Central para favorecer o fluxo de capital financeiro na direção dos aplicadores rentistas e banqueiros brasileiros e do exterior e como essa política impulsiona a desigualdade é o que pretendemos explicar até o final dessa nossa abordagem crítica nesse artigo acadêmico. Vale destacar que essa decisão de manter a remuneração em níveis muito elevados de pagamentos de títulos públicos conduz a concentração de renda de um lado e a diminuição do orçamento para as políticas públicas de outro, além da necessidade permanente de redução dos gastos sociais e dos investimentos em infraestrutura fazendo com que diminuam os empregos, a renda e os serviços públicos essenciais à população como forma de garantir os pagamentos dos juros aos portadores desses títulos. Essa política que aumenta a remuneração dos banqueiros e rentistas segue uma estratégia global da globalização financeira neoliberal que atende as exigências dos banqueiros do imperialismo em conluio com a classe dominante nacional brasileira principalmente a partir do Plano Real seguindo a cartilha do denominado “Consenso de Washington”.

Esse artigo ressalta a necessidade das ciências sociais de estudarem mais a fundo os instrumentos da política econômica a partir da simbiose entre a Economia Política e a Sociologia Política como forma de compreender que os mecanismos da dívida pública são aqueles pelos quais desviam-se os recursos orçamentários para remunerar os ativos financeiros dos capitalistas nacionais e internacionais onde a desigualdade social impera como ponto chave da mais valia reprodutiva e ampliada do grande capital da classe dominante seja tradicional ou emergente.

O divisor de águas do Plano Real e a instituição chave Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil criado na ditadura civil-militar-empresarial (31/12/1964) começa a cumprir o seu papel subserviente ao imperialismo no processo de financeirização internacional ainda sob a égide do keynesianismo esgotado nas bases fordistas da produção global. No início da sua trajetória o Banco Central cumpria um papel de intermediador financeiro da periferia para o centro do capitalismo internacional a favor das corporações

transnacionais no fluxo de capitais e dos bancos multilaterais capitaneados pelos EUA. Segundo Corazza (2006, p. 2):

A história dos Bancos Centrais é uma história permeada de conflitos pelo controle do poder monetário. Cada Banco Central tem sua própria história, que reflete as particularidades de seu país, mas, ao mesmo tempo, todas elas reproduzem as razões teóricas e históricas gerais, que deram origem a essas instituições singulares. Por esse motivo, estudar a história de um Banco Central não significa só estudar a história econômica e política de um país, mas também analisar como se gera e reproduz ali uma instituição universal inerente à economia capitalista. É nesta perspectiva mais geral que nos propomos a analisar as peculiaridades do caso brasileiro. No Brasil, talvez a característica mais marcante da história do Banco Central tenha sido a forte e permanente resistência à sua criação. Essa história só encontra paralelo na história do Banco Central dos Estados Unidos da América. A diferença reside no fato de que, enquanto o *Federal Reserve* americano foi criado após a grande crise bancária de 1907, o Brasil foi um dos últimos países do mundo a criar seu Banco Central, o qual ainda teve que ser criado por etapas para que pudessem ser vencidos os interesses contrários à sua criação. O processo formal de sua criação levou nada menos que 20 anos, a partir de seu primeiro embrião, a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), em 1945, até a criação do Banco Central do Brasil, em 31 de dezembro de 1964. Outros 22 anos foram necessários para que se completasse seu aperfeiçoamento institucional e ele se tornasse, formalmente, a única autoridade monetária do país, uma vez que, mesmo após sua criação, o Bacen continuou a dividir funções de banco central com o Banco do Brasil, até a promulgação da última Constituição, em 1988. A forma final de seu estatuto, porém, continua ainda em discussão, no Congresso Nacional, onde se debate a questão de sua independência.

Como abordado por Corazza acima o processo de construção, constituição e consolidação do Banco Central do Brasil passou por diversas etapas até chegar às portas do legislativo federal para a votação da sua independência já no início da nova gestão da câmara e do senado em 2021. Desta forma, temos a seguinte síntese desde o início da década de 1940 até o presente momento: a) Criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) em 1945, já na transição do primeiro governo Vargas para o de Dutra à frente da presidência da República; b) criação do Banco Central do Brasil entre 1964 e 65; c) promulgação da Constituição de 1988 que institucionaliza que somente o Banco Central do Brasil passa a ser o único responsável pela gestão do controle monetário brasileiro; d) com o início do Plano Real em 1994 o Banco Central passa a exercer na prática não apenas a gestão do fluxo monetário e a centralização do controle bancário como também a política econômica do país com a adoção de uma administração alicerçada na política monetária como condição de controlar a inflação a qualquer custo e como objetivo principal de toda a política econômica; e) com a criação do Comitê de Política Econômica (COPOM) em 1996 abrem-se as portas para que as entidades privadas do mercado financeiro participem ativamente das decisões sobre a taxa de juros básica a ser adotada na economia brasileira; f) em 1997 ocorre a federalização dos títulos públicos no

Brasil não permitindo mais que municípios e Estados da Federação emitam títulos públicos sem a anuência da união através de eventuais acordos que possam por ventura serem realizados; g) o país adota em 1999 o regime de metas da inflação que busca consolidar os objetivos acerca do controle inflacionário a qualquer custo tendo o Banco Central como o bastião dessa salvaguarda monetária (apesar da discussão da autonomia e independência do BACEN ter iniciado ainda na Constituição de 1988 aqui ela ganha mais força impulsionada pela decisão de colocar em prática esse regime de metas inflacionárias); h) criação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF em 2000 que impõe austeras restrições aos gastos públicos para os entes federados (Estados e Municípios) sejam estes considerados relevantes para a administração da máquina pública em níveis federais, estaduais e municipais como os investimentos em infraestrutura e também em políticas sociais; i) a partir da gestão de Henrique Meirelles à frente da presidência do Banco Central durante os dois mandatos do presidente Lula esse posto executivo passa a ter poder de Ministro da República cabendo mais relevância em termos de poder político como administrador da já então mais poderosa instituição econômica do país; j) a Lei do Congelamento ou do Teto dos gastos públicos do final de 2016 entra em vigor justamente com intuito de garantir que os recursos orçamentários possam ser destinados ao pagamento dos serviços da dívida pública com toda a prioridade; algo que já existia na LRF só que com ainda mais vigor a partir de agora.

O importante para esse debate não está evidentemente restrito a uma discussão sobre a administração econômica por parte de uma instituição e também como uma engenharia econômica da economia política capitalista de um país periférico atrasado e dependente dos ditames do imperialismo geopolítico e econômico capitaneado pelos EUA como o Brasil, mas sim, como forma de elucidar os processos que constituem os interesses capitalistas principalmente dos banqueiros e rentistas nacionais e transnacionais a partir da administração econômica de uma instituição chave com suas diretrizes e leis internas e gerais que garantem a sua gestão praticamente autônoma e quase que totalmente independente dos governos que seguem seu curso democrático liberal.

Nesse ponto cabe ressaltar como a LRF de 2000 deixa clara a necessidade crucial da política econômica de continuar sendo utilizada para servir às benesses do capital rentista em detrimento das políticas públicas sociais e de infraestrutura do país e que essa voracidade do sistema da dívida pública avança com uma velocidade avassaladora a partir do início do Plano Real em 1994.

De acordo com Homem (2005, p. 19):

A Lei fixa limites para despesas com pessoal, para a dívida pública e ainda determina que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas. Além disso, segundo a LRF, nenhum governante pode criar uma nova despesa continuada (por mais de dois anos), sem indicar sua fonte de receita ou sem reduzir outras despesas já existentes. Isso faz com que o governante consiga sempre pagar despesas, sem comprometer o orçamento ou orçamentos futuros. Neste caso, é bom saber que “despesa continuada”, por exemplo, é o reajuste salarial para os servidores, ou a contratação de uma obra pública. Sem dúvida que a espinha dorsal da lei é o controle de receitas e despesas. Particularmente, restringir as despesas. Mas, não é certo que ela inibe todos os gastos. Por exemplo, os gastos com o pagamento dos juros da dívida não estão submetidos a nenhuma limitação e podem crescer sem constrangimento.

A LRF de 2000 serviu de base para arregimentar força econômica e política para a Lei do Teto dos gastos públicos do final de 2016 com o objetivo de bloquear ao máximo o destino orçamentário dos recursos públicos para as demandas da sociedade brasileira em detrimento das necessidades prioritárias de remunerar os títulos da dívida pública com taxas de juros exorbitantes se comparadas com os juros praticados internacionalmente. A ampliação do poder dos cartéis financeiros no país aumentou demasiadamente a partir do Plano Real assim como as demais leis e medidas políticas para favorecer o setor bancário. Uma importante transformação no setor bancário foram as privatizações dos bancos estaduais que ocorreram no mesmo período do final da década de 1990 entre o primeiro e o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. A entrega do Banespa e do Banestado para a “iniciativa privada” são dois dos maiores exemplos de privatizações realizadas de forma no mínimo suspeita sob o ponto de vista da lógica econômica “social” e jurídica.

Esse denominado saneamento do setor bancário custou aos cofres públicos bilhões de reais que ainda estão sendo pagos por alguns Estados da federação como o Paraná, assim como todos os desdobramentos que envolvem até hoje o caso “Banestado”. Enquanto o patrimônio público estatal passou para as mãos do setor privado nacional e estrangeiro no mesmo período as condições econômicas do país passaram a piorar muito e a desigualdade social seguiu sua trajetória crescente. Segundo Souza (2005, p. 647-48):

Na área dos bancos estaduais, o caso mais emblemático foi a entrega do Banespa, o 3 maior banco do país, ao banco espanhol Santander. Emblemático porque o governo expôs mais uma vez o que estava disposto a fazer para entregar o patrimônio público porque ali também manifestou-se uma importante resistência popular. O governo vinha tentando entregar o Banespa desde 1999, mas, em face da resistência paulista, só conseguiu fazê-lo a 20 de novembro de 2000. Ocorreram greves que paralisaram todos os funcionários do Banespa, passeatas que praticamente paralisaram o centro de São Paulo, resistência política na

Assembleia Legislativa do estado, incontáveis ações na Justiça. Com receio de que essa “privatização” lhe trouxesse resultados negativos nas eleições municipais de 2000, o governo deixou para liberar o edital do leilão somente depois do pleito. O diretor de finanças do BC, Carlos Eduardo de Freitas, responsável pela “privatização”, alegou “questões operacionais” para essa postergação. A avaliação feita pelas empresas de consultoria Booz-Allen e Fator chegou a um valor de R\$5,84 bilhões, mas, como o controle acionário equivalia a 30% do capital votante, o banco Santander, com sede na Espanha, o arrematou por R\$1,85 bilhão (adquirindo o restante das ações em dezembro de 2000 e abril de 2001), enquanto uma equipe de economistas da UNICAMP e do DIEESE havia avaliado seu patrimônio em R\$11,0 bilhões. Oito meses depois a empresa de consultoria KPMG, vinculada ao próprio Santander, confirmaria esse valor, ao avaliar o Banespa em R\$10, 36 bilhões.

Essa história começou quando o governo federal decidiu, através do BC, realizar a intervenção do Banespa, na virada de 1994 para 1995, depois da eleição do governador tucano Mário covas. Na época, a intervenção foi feita através do Regime de Administração Temporária (RAET). O passo seguinte foi a realização de uma operação fraudulenta por parte dos interventores, a mando da direção do BC, com vistas a tentar demonstrar que o banco estava em sérias dificuldades financeiras. A operação consistiu em contabilizar como prejuízo dívidas do governo do estado junto ao banco, mesmo antes dessas dívidas completarem o período de atraso que, de acordo com a legislação bancária, permitiria esse tipo de contabilização.

Essa passagem deixa claro quais os mecanismos fraudulentos são utilizados para justificar as decisões no âmbito das privatizações dos bancos estaduais desde o período da década de 1990; primeiro com o governo Collor e segundo com os governos de Fernando Henrique com a anuência transitória de Itamar Franco no processo de construção da intermediação do Plano Real que serviu como moeda eleitoral de FHC e também como exigência da globalização econômica e financeira do denominado “Consenso de Washington”.

Desta maneira o Brasil conseguiu seguir a cartilha imposta pelo FMI a mando do banco BIS (O banco central dos bancos centrais) com o objetivo de impor uma agenda com uma política de privatizações das empresas nacionais, terceirização dos serviços públicos essenciais e corte de gastos sociais e de infraestrutura como forma de subsidiar a remuneração dos donos da dívida pública brasileira; aqueles que detêm os títulos públicos federais dentro e fora do país.

O sistema da dívida pública está amparado sob a égide do sistema financeiro internacional e acordado com as elites políticas e jurídicas como representantes da classe dominante nacional e internacional capitaneados pelo consórcio estadunidense e europeu de base do imperialismo.

De acordo com Fatorelli (2018, 62-63):

Criamos então o termo “Sistema da Dívida”, que corresponde à utilização do endividamento público às avessas, ou seja, em vez de servir para aportar recursos do Estado, a dívida tem funcionado como um instrumento que promove uma contínua e crescente subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente ao setor financeiro privado. Para operar, o sistema da Dívida conta como um conjunto de engrenagens articuladas compostas

por privilégios legais, políticos, econômicos, suporte da grande mídia, além de determinante influência dos organismos financeiros internacionais.

Essa subtração dos recursos públicos através desse Sistema da Dívida permitiu a concentração de renda em grande escala por parte dos proprietários dos títulos públicos federais em quantidade de bilhões de reais. Praticamente metade do orçamento hoje serve aos interesses dos grandes bancos e aplicadores financeiros no Brasil e no mundo na forma de remuneração a partir da taxa básica de juros como referência.

Devido a esse sistema da dívida capitaneado pelo Banco Central todas as políticas econômicas do Estado brasileiro estão subordinadas direta e indiretamente a essa instituição que obedece obviamente a um sistema financeiro global ainda mais avançado e poderoso em termos econômicos e políticos. A partir da preferência em manter e se possível expandir essa política econômica todo o orçamento estatal passa a estar subordinado aos ditames do sistema financeiro global.

Tesouro Nacional e Banco Central: as instituições modernas derivam do processo secular na formação das desigualdades sociais no Brasil

As políticas públicas do Estado brasileiro, o funcionamento administrativo da máquina pública assim como os salários dos servidores públicos e os investimentos das empresas estatais, mistas autarquias e demais repartições públicas como os próprios três poderes e o aparato militar dependem desse orçamento federal e que também nutrem os Estados e municípios com os fundos de participação por exemplo. Se existe um teto ou limite máximo de gastos públicos como poderiam esses recursos ser suficientes para manter; por exemplo, o Sistema Único de Saúde (SUS) funcionando adequadamente numa situação de pandemia como no Brasil na entrada de 2021? Se os cidadãos dependem exclusivamente do sistema público de saúde e por alguma razão o orçamento destinado a esse setor é insuficiente devido à prioridade de pagar os juros da dívida pública de acordo com a imposição legal no caso da LRF e da Lei do Teto de Gastos Públicos como o Estado poderá acolher ou não os cidadãos neste quesito essencial?

Nesse caso expressa-se a desigualdade de acesso às políticas públicas por parte das populações mais carentes, isto é, a esmagadora maioria dos cidadãos brasileiros que não tem como pagar planos de saúde privados. Mas quanto a necessidade de transplantes de órgãos que

na maioria são realizados por hospitais públicos e muitos universitários, isso também atinge aqueles da remuneração mais alta, já que se trata de uma infraestrutura que em grande medida o Estado tem mais suporte e a própria Lei de acesso aos órgãos segue uma fila de acordo com prioridades de atendimento. Sendo assim, tratar o assunto da dívida pública operada entre o Tesouro Nacional e o Banco Central como instituição máxima da intermediação do fluxo monetário, é lidar com a questão histórica de fundo do Brasil onde reside a desigualdade.

Essa situação cada vez mais dramática na sociedade brasileira em termos de desigualdade, necessita de uma ampliação ainda maior de espectro tendo como alicerce maior a drenagem de recursos orçamentários do Tesouro Nacional que é o guardião do orçamento público federal na direção ou para o pagamento dos juros dos títulos públicos que o Banco Central remunera no mercado financeiro. O golpe de Estado de 2016, a pandemia SARS COVID 2 de 2020-21 no Brasil e a crise estrutural do capitalismo mundial aceleram medidas políticas e econômicas que possam responder os anseios vorazes do sistema econômico e financeiro global em tempos de crise profunda do capitalismo. De acordo com Braga (2013, p. 81):

A necessidade da burguesia de engendrar um novo regime de acumulação vem acompanhada da necessidade de uma nova forma estatal que o torne regular. É nesse sentido, portanto, que o Estado neoliberal emerge, ou seja, como um complemento que atenda as novas necessidades do capital, pois o combate à tendência declinante da taxa de lucro passa pela criação de condições para o aumento da extração de mais-valor e isto só seria possível ampliando a extração tanto em escala nacional quanto em escala internacional, ou seja, ampliando a exploração de forma integral. Desse modo, o Estado neoliberal complementa o processo de “reestruturação produtiva” criando as condições institucionais indispensáveis para o aumento da acumulação capitalista.

Na gênese do sistema capitalista está o embrião da sua própria destruição enquanto amplo sistema de dominação e reprodução do capitalismo em escala planetária, onde a desigualdade aparece nas mais variadas formas e adaptações a conjunturas com recortes sociais distintos no seio de cada nação explorada. Ainda, Viana³, citado por Braga (2013, p. 84-85),

É importante destacar que apesar da história do capitalismo ser marcada pela sucessão dos regimes de acumulação, isto não deve nos levar a crer que o modo de produção capitalista tende a solucionar infinitamente os problemas derivados de sua própria dinâmica, pois o que se percebe é que a cada novo regime de acumulação a dificuldade em promover a extração de mais-valor, combater a tendência declinante da taxa de lucro e reprimir as crescentes lutas sociais e sua disposição cada vez maior em se radicalizar se torna mais difícil. A cada crise de um regime de acumulação a possibilidade de uma transformação social se abre e mesmo

³ VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. São Paulo: ideias e Letras, 2009.

essa não ocorrendo e um novo regime de acumulação surgindo, o processo de exploração e as dificuldades de reprodução do capitalismo se tornam mais complicadas.

No caso do capitalismo dependente brasileiro, a extração de mais-valor ocorre desde as terras agricultáveis ou não, da pilhagem dos recursos naturais e do patrimônio público passando pelos setores da indústria, comércio e serviços e em especial o mercado financeiro que no país representa a maior fatia de expropriação e extração de mais-valor por parte dos capitalistas tradicionais e emergentes em conluio com o imperialismo capitaneado pelos EUA e seus consortes europeus e asiáticos em grande escala. A parte referente ao Canadá e nações de bandeira anglo-saxônica como Austrália e Nova Zelândia são satélites estratégicos de dominação geopolítica e no caso desses dois últimos ainda mais subservientes a ordem global.

A simbiose necessária argumentativa para explicar os fundamentos da desigualdade social no Brasil, como dissemos no preâmbulo da nossa discussão não parte do ponto de vista *strictu sensu* das engrenagens ou mecanismos do Sistema da Dívida Pública abordado também por Fatorelli nesse espaço de discussão. O Banco Central do Brasil tornou-se a instituição política e econômica mais poderosa do país a partir do Plano Real em diante, onde o centro decisório da política econômica passa às mãos do seu presidente e demais membros do Comitê de Política Econômica (COPOM) que na sua composição aglutinou forças em torno do cartel dos maiores bancos brasileiros e suas estreitas vinculações com a sofisticada engenharia financeira organizada em torno do BIS (O banco central dos bancos centrais mundiais) e seus parceiros multilaterais como FMI, BIRD, BID e outros que compõem o sistema financeiro internacional.

A autonomia e a independência do Banco Central estão prestes a se ratificar de forma legal-institucional e o nível de poder decisório será ainda mais avassalador no sentido de favorecer os privilégios do setor financeiro em detrimento das políticas públicas e dos projetos nacionais de desenvolvimento mesmo para um país atrasado e dependente como o Brasil.

Entrementes, essa explicação carece de uma análise mais robusta sob o ponto de vista histórico de como pavimentamos essa estrada do atraso e da subserviência aos ditames do imperialismo. O Banco Central foi erguido sob o machado da exploração e sob o jugo do grande capital de forma secular no processo de gestão embrionária da nossa sociedade escravocrata colonial. Desta maneira, alguns dos principais aspectos que compõem a organização do capitalismo brasileiro precisam ser mais bem esmiuçados no processo de compreensão. Através da abordagem de Mazzeo (2018, p. 42-43):

O Estado nacional brasileiro será a imagem e semelhança de seu fundamento sociometabólico, cujo resultado é uma *sociedade civil (bürgerliche Gesellschaft)* fragmentada, no contexto de uma revolução burguesa incompleta, que se processa lentamente e “pelo alto”, no âmbito de uma “revolução passiva” (Gramsci) e nos moldes de um “prussianismo” (Lênin) de *vezo colonial*. Assim, no quadro do capitalismo brasileiro, o *elemento colonial* apresenta-se como *decisivo*. Esse é o aspecto histórico que determinará o caráter de violência da *autocracia burguesa* – a forma político-econômica por meio da qual a burguesia vem se perpetuando no poder – e que se constitui pilar do reacionarismo e da contrarrevolução permanente, cujo único objetivo é dar continuidade ao núcleo dirigente burguês.

Essa burguesia, sem projeto nacional, mas com objetivos empresariais gananciosos e bem definidos, atua a partir do pressuposto da necessidade de manter restringidas as liberdades democráticas, para garantir uma superexploração do trabalho e, conseqüentemente, os lucros resultantes desse tipo de economia predatória e espoliativa. Portanto, a fragilidade das instituições públicas e democráticas brasileiras e, ainda, a corrupção endêmica presente no aparelho de Estado e na própria sociedade apresenta-se como resquício de uma sociedade cujo poder político origina-se dos latifundiários e senhores de escravos.

Após decretar a abolição formal da escravidão – que, de fato, sentenciou a marginalização e a pobreza de milhões de negros e pardos brasileiros –, essa *burguesia transformista* moderniza e amplia a exploração do trabalho, estendendo o desfrute para os assim chamados “trabalhadores livres”, mantidos em permanente arrocho salarial e em condições precárias de trabalho, de vida, de moradia, de escolaridade e de saúde.

Esta é, a *grosso modo*, a argamassa histórica que solda as frações de classe da burguesia, a fim de manter seus privilégios. A tradição reacionária das classes dominantes constitui o núcleo das ações contra a organização dos trabalhadores, através de repressões e de formulações jurídicas que dificultaram a emergência das entidades proletárias.

O capitalismo brasileiro construiu ao longo das gerações, instituições modernas, mesmo sob a égide do imperialismo; inserido principalmente na órbita geopolítica dos EUA. Ao mesmo tempo essas mesmas instituições estão permeadas de poderosas articulações entre diversas frações de classe da burguesia desde as oligarquias colônias de dominação familiar histórico secular. Ao lançarmos um fio condutor de análise sócio-histórico precedemos de uma abordagem que combine interesses da classe dominante que controla o aparelho estatal e também conduz os negócios privados numa dialética permanente entre “bens públicos” e interesses privados imbricados entre a classe dominante nacional e a burguesia imperialista desde a gênese colonial da coroa portuguesa. Mas, afinal, a corrupção pertence única e exclusivamente aos mandatários proprietários de terras e agentes públicos concomitantemente desde a formação do Estado brasileiro ou ao mesmo tempo estão vinculados aos negócios “privados” ou apropriados desta maneira num emaranhado de imbricações que geram diversas formas de corrupção além da dicotomia público e privado?

Apesar de algumas ponderações importantes no que diz respeito a visão crítica de Jessé Souza no seu livro “A elite do atraso: da escravidão à lava jato” o autor tem uma passagem que

consideramos importante para contribuir com a discussão que iniciamos entre as relações que envolvem o conceito de “patrimonialismo” como forma que a classe dominante teve de controlar os recursos públicos e se apropriar dos bens da sociedade por dentro das instituições e ao mesmo tempo criticamente apontada na pergunta acima questionando tal formulação incluindo para esse debate além da dicotomia entre público e privado, a própria solução encontrada pela classe dominante de extrair do Estado para si também a partir da lógica de quem detém os negócios em âmbito privado. Cabe também a distinção que devemos estabelecer de imediato entre elites e classe dominante sem necessariamente adentrarmos em questões *strictu sensu* etimológicas, mas sim sociológicas tal qual como pretendemos distinguir os termos.

Uma determinada elite não necessariamente pertence a classe dominante tal qual como compreendemos a partir da literatura marxista. Um sujeito pode pertencer a elite intelectual sem adentrar nos circuitos da burguesia ou mesmo um parlamentar que atua no congresso nacional nem sempre pertence aos círculos das altas rodas da burguesia; mas certamente a classe dominante é aquela que controla os meios de produção, os aparelhos de justiça, as instituições do Estado burguês direta ou indiretamente, os meios de comunicação de massa e detém riqueza e poder hereditários nas mais diversas formas representados por frações de classe distintas, mas com poder de decisão e influência, com forte capacidade de alterar resultados com interesse comuns a certos grupos privilegiados. No que diz respeito a abordagem de Souza (2017, p. 136-137):

Na verdade, o Estado é privatizado em todo o lugar, e a noção de patrimonialismo apenas esconde mais esse fato fundamental, possibilitando uma dupla inviabilização: dos interesses privados que realmente dominam o Estado e do rebaixamento geral dos brasileiros, que passam a tratar não apenas os estrangeiros, mas os interesses estrangeiros, como superiores e produto de uma moralidade superior. A atual destruição da Petrobrás – sob acusação de corrupção patrimonialista, como se as petroleiras estrangeiras que irão substituí-la também não o fossem e em grau seguramente muito maior – é um perfeito exemplo prático dos efeitos vira-latas dessa teoria.

O cidadão devidamente imbecilizado pela repetição do veneno midiático, pensa consigo: “é melhor entregar a Petrobrás aos estrangeiros do que ela ficar na mão de políticos corruptos”. Tudo como se a suprema corrupção não fosse entregar a uma meia dúzia a riqueza de todos que poderia ser usada, como estava previsto o pré-sal, para alavancar a educação de dezenas de milhões.

De resto, a exposição entre o público e o privado assume a forma de senso comum que percebe apenas o Estado como uma configuração dos interesses organizados. Assim, se oporia ao Estado e representaria a esfera privada apenas os sujeitos privados, pensados como instância de uma intencionalidade individual. Sendo a esfera privada percebida como sendo individual, o homem cordial de Sérgio Buarque, então o mercado capitalista e competitivo é tornado literalmente invisível na sua positividade e eficácia. A partir de Raimundo Faoro,

inclusive, o mercado é percebido como o verdadeiro céu na terra, preche de virtudes democráticas que apenas o Estado não permite florescer.

A despeito de chamar a atenção de forma dura e ácida em relação às abordagens de clássicos da sociologia brasileira como Buarque e Faoro a desmistificação da corrupção como pertencente única e exclusivamente ao Estado, cai por terra nessa passagem de Souza.

Se olharmos para a moderna instituição financeira Banco Central do Brasil teremos um excelente exemplo de como ocorre uma simbiose entre as relações institucionais públicas e o setor privado bancário no que tange a ampliação e reprodução dos interesses do mercado financeiro nacional e estrangeiro em detrimento das demandas da sociedade. O próprio sistema da dívida pública produz a maior corrupção institucional do país, com a anuência de parlamentares e toda a casta do poder judiciário ao permitir muitas transações inconstitucionais entre o Tesouro Nacional e o Banco Central remunerando ilegalmente a sobra de caixa dos bancos públicos, mistos e privados brasileiros num desvio trilionário de recursos orçamentários das políticas públicas do povo brasileiro para os rentistas e banqueiros privados nacionais e estrangeiros, além de diversas corporações bilionárias transnacionais.

A maior corrupção brasileira é aquela institucionalizada, amparada por leis draconianas e regressivas, além do amparo de cooptações políticas e econômicas que extrapolam o setor público e até mesmo o privado nacional onde a classe dominante já é a mais favorecida historicamente. A partir do avanço do imperialismo na forma de capital financeiro a drenagem do orçamento estatal passa pelas intermediações do maior produtor da desigualdade brasileira na forma de instituição – o Banco Central do Brasil com suas ferramentas de intermediação e desvios orçamentários em favor dos donos dos títulos da dívida pública privilegiando a classe dominante nacional e estrangeira de forma ininterrupta agora autônoma e independente de quaisquer governos que por ventura queiram intervir na política do controle e da emissão monetária em favor do público.

Considerações finais

Procuramos ao longo desse artigo destacar que o denominado Sistema da Dívida Pública atende aos interesses da classe dominante brasileira; em particular, os banqueiros e rentistas, além é claro, dos ditames do imperialismo capitaneado pelos EUA e seus conglomerados

econômicos financeiros multinacionais em parceria com muitas das corporações transnacionais das demais nações poderosas e parceiras representadas pelo clube dos G7.

Atualmente a instituição mais “moderna” e poderosa em termos políticos e econômicos atende pelo nome de Banco Central, onde toda e qualquer política econômica passa a ser formulada e decidida dentro de um órgão colegiado chamado de comitê de política monetária (COPOM) criado dois anos após o início do Plano Real em 1996.

As exigências do processo de globalização econômica e financeira por parte do neoliberalismo acordado no Consenso de Washington no final da década de 1980 impôs uma cartilha de privatizações e austeridade fiscal rigorosa aos países periféricos e dependentes; principalmente aqueles países que apresentaram históricos duradouros de hiperinflação como o Brasil.

Para conter a inflação a qualquer custo foram criados muitos planos econômicos desde a redemocratização até chegar à fórmula do Plano Real que atendia plenamente as formulações da estabilidade de preços, do fluxo de capitais e do comércio entre as nações, o processo de intermediação financeira com grandes privilégios de remunerações para os aplicadores rentistas dos títulos da dívida pública. Todos esses anseios foram atendidos pelo sistema da dívida pactuado no Plano Real, além da maior remuneração do planeta em termos de aplicação financeira devido às altíssimas taxas de juros utilizadas para remunerar os títulos públicos federais nas mãos dos potentados detentores do capital nacional e estrangeiro.

Ao mesmo tempo em que remunerava muito os aplicadores financeiros, a política de controlar a inflação com o remédio amargo das elevadas taxas de juros, favorecia a escalada exponencial da dívida pública na forma financeira. Para continuar honrando os compromissos de remunerar os donos dos títulos públicos o governo federal cortava gastos sociais e de infraestrutura com intuito de alcançar o tal superávit primário – na verdade uma poupança que servia aos interesses dos rentistas por ser utilizada justamente para pagar os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional que o Banco Central negocia em seu nome.

Como a dívida pública cresce muito acima do controle é necessário então aumentar impostos e/ou contribuições, além de criar novas fontes de receitas e reduzir os gastos públicos, investimentos sociais, infraestrutura e até mesmo com a manutenção e ampliação da máquina pública administrativa. O corte de salários e promoções, além do arrocho salarial da população também se enquadra no ajuste fiscal necessário para produzir cada vez mais superávit primário

– poupança necessária para pagar juros dos títulos públicos aos banqueiros e rentistas internos e externos.

Como podemos perceber essa política é produtora e reprodutora de desigualdades econômicas e sociais de maneira contínua, demonstrando que a política econômica praticada pelo Banco Central atende a concentração de renda e riqueza da classe dominante em detrimento das demandas da sociedade.

A abordagem holística necessária nos leva a buscarmos a compreensão tanto dos mecanismos macroeconômicos inseridos na lógica da análise da economia política quanto dos desdobramentos sócio-históricos que construíram a trajetória secular do desenvolvimento das forças produtivas e das elaborações socioculturais do país de modernização atrasada e dependente.

A modernização conservadora brasileira atravessou o século XX e XXI desde a transição do final formal da escravidão e o início da república dos marechais rumo à democracia burguesa sob a ótica das oligarquias familiares adaptadas a nova ordem global, onde a maior corrupção não advém do denominado “patrimonialismo nacional”, mas sim, das formas híbridas conjugadas entre os interesses espúrios da classe dominante privada nacional e internacional que também se apropriam do Estado brasileiro privatizando-o como no caso da independência do Banco Central com suas formas produtoras e reprodutoras da desigualdade, extraindo mais valor e entregando ao bel prazer dos conquistadores neocoloniais de dentro e fora do país como aves de rapina à espreita de um próximo empreendimento lastreado na clássica máxima do extrativismo estatal.

Referências

BRAGA, Lisandro. **Classe em farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado**. São Carlos-SP: Pedro e João editores, 2013.

CORAZZA, Gentil. **O banco central do Brasil: evolução histórica e institucional**. Perspectiva econômica; v.2, n, 1: 1 - 23 jan./jun. 2006 ISSN 1808-575x.

FATORELLI, Maria Lúcia. Sistema da dívida pública: entenda como você é roubado. In: SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael (Coords.). **Resgatar o Brasil**. São Paulo: Contracorrente/Boitempo, 2018.

HOMEM, Anísio G. **RRF uma lei anti-social**. Curitiba: Pão e Rosas, 2005.



MAZZEO, Antonio Carlos. Notas sobre a autocracia burguesa, modernização reacionária e transição de longue duree. Margem Esquerda: crise, **Revista Boitempo**, n. 31, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael (coords.). **Resgatar o Brasil**. São Paulo: Contracorrente/Boitempo, 2018.

SOUZA, Nilson Araújo. **A longa agoniada dependência: economia brasileira contemporânea (JK-FH)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2005.

Recebido em: 17 mar. 2021.

Aceito em: 8 maio 2021.